

Vinícius Lummertz*

Escala 6 por 1, pergunte aos pequenos burgueses

Antes de avançar em propostas como o fim da escala 6x1 ou a redução da jornada de trabalho, é preciso fazer a pergunta que raramente aparece no centro do debate público brasileiro: alguém perguntou aos micros e pequenos empresários? Sim, porque eles são os maiores empregadores do país. É a eles que se deveria perguntar. E, mais do que isso, é preciso chamá-los formalmente para a mesa onde as decisões são tomadas, trazendo desde o início para a discussão temas centrais como a desoneração da folha, o custo do emprego formal e as condições reais de adaptação das empresas de menor porte.

É possível, sim, discutir avanços trabalhistas e uma organização do trabalho mais humana. Mas essa discussão só é consistente se vier acompanhada, desde o início, de um eixo que tem sido sistematicamente ignorado: qual será o impacto sobre as micro e pequenas empresas e quais instrumentos concretos lhes serão oferecidos para absorver mudanças que recaem diretamente sobre seus custos? Sem isso, o debate nasce incompleto e tende a produzir efeitos concentrados justamente sobre quem tem menos margem de adaptação.

A micro e pequena empresa é a espinha dorsal do emprego formal brasileiro. Ela emprega mais trabalhadores com carteira assinada do que qualquer outro segmento, sustenta economias locais, absorve mão de obra em momentos de crise e funciona como principal porta de entrada no mercado formal. Está no comércio, nos serviços, na indústria leve, no turismo, na logística urbana e regional. É um universo diverso, espalhado por todo o território nacional, mas marcado por características comuns: margens estreitas, crédito caro, elevada carga regulatória e limitada capacidade de diluir custos fixos.

Aplicar mudanças estruturais no mercado de trabalho de forma homogênea, sem diferenciação por porte e sem políticas compensatórias, produz efeitos assimétricos evidentes. Grandes empresas contam com escala, capital, tecnologia e acesso a instrumentos de reorganização produtiva. Micro e pequenas não contam com essas mesmas condições. Para muitas delas, reduzir jornada sem redução proporcional de custo significa contratar mais, informalizar ou simplesmente fechar as portas. Não se trata de resistência ideológica nem de desumanidade, mas de limite econômico objetivo.

Esse erro se agrava quando o debate é capturado por uma narrativa simplificadora que opõe trabalhador e empregador como blocos morais antagônicos. No Brasil real, o empregador é, em grande medida, um pequeno empresário, muitas vezes um ex-trabalhador que se tornou MEI, microempreendedor ou comerciante local. Essa fluidez social, que permite a transição entre trabalho assalariado e empreendedorismo, é uma das poucas engrenagens efetivas de mobilidade social

do país. Penalizá-la é bloquear o próprio movimento que sustenta a economia popular. A direita dá pouca atenção aos pequenos empreendedores brasileiros, enquanto a esquerda os vê como pequenos burgueses.

O contexto macroeconômico atual e futuro tampouco ajuda. A reforma tributária não foi concebida para reduzir carga nem para elevar o poder de compra no curto prazo. Ao contrário, o Brasil caminha para operar com um dos IVAs mais altos do mundo, pressionando preços, comprimindo margens e reduzindo produtividade. Para empresas que vivem de giro rápido e caixa curto, o impacto é imediato. Nesse ambiente, discutir redução de jornada sem desoneração da folha, sem crédito acessível, sem simplificação regulatória e sem estratégia clara de aumento de produtividade equivale a deslocar o custo da política social para quem menos pode absorvê-lo: os “pequenos burgueses” que movem o país pela base.

Na falta de representação dos “pequenos”, o debate ganha visibilidade, e quem ocupa o espaço público são as grandes entidades empresariais. Fiesp, CNI e Abimaq cumprem seu papel institucional. O Sebrae, historicamente, foi decisivo em conquistas estruturantes como o Simples e o MEI, que representaram avanços reais para milhões de empreendedores. Mas já não basta. O próprio arranjo revela um limite: as micro e pequenas empresas seguem sem representação política direta, permanente e estruturada, sem proporção de discurso, entrando no debate quase sempre muito depois que as decisões centrais já foram tomadas.

Se as micro e pequenas empresas são os maiores empregadores do Brasil, então precisam ter uma grande pauta nacional, à altura do seu peso econômico e social. A convergência atual entre Executivo e Legislativo em torno de uma jornada de trabalho mais humana é uma oportunidade rara. Mas, para que essa agenda seja positiva e sustentável, não pode ser carregada pelos menores empresários do país, que são muitos, estão em toda parte e já operam em um ambiente hostil ao crescimento.

Por isso, a pergunta inicial precisa ser repetida, agora como exigência democrática e institucional: alguém perguntou ao micro e pequeno empresário? Se não perguntou, então que se pergunte. Este é um excelente momento para chamar os micros e pequenos empresários brasileiros, os pequenos burgueses, para a mesa, discutir desoneração da folha, custo do emprego formal e produtividade e dar-lhes voz nessa agenda. Talvez daí saia algo de novo. E talvez, pela primeira vez, uma política social avance sem penalizar justamente quem mais emprega e sustenta a economia real do país.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

EDITORIAL

Estamos formando alunos-clientes?

O lamentável episódio ocorrido em uma escola particular - e cara - de Campinas em que um porteiro denunciou ter sido chamado de “negro sujo”, “macaco” e “sub-raça” por alunos da instituição, revela-se como um sintoma de uma ferida histórica que insiste em permanecer aberta: o racismo estrutural, que atravessa gerações, ambientes e classes sociais. Quando a vítima relata ter se sentido “muito constrangido”, a palavra constrangimento soa até branda diante da violência simbólica e moral presente nas expressões dirigidas a ele.

A gravidade do caso se amplia por ter ocorrido dentro de uma instituição de ensino, um espaço que deveria ser, por definição, território de formação ética, respeito e cidadania. Afinal, a escola não pode ser apenas uma rele transmissora de conteúdo acadêmico, aparentemente mais preocupada em garantir o nome de seus alunos nas nas melhores universidades. Ela é, fundamentalmente, importante formadora de valores. Quando adolescentes reproduzem ofensas racistas com tamanha naturalidade e sem temer as consequências, torna-se legítimo perguntar: quais referências estão recebendo no âmbito escolar? Os temas basilares e cruciais de igualdade, diversidade e direitos humanos.

Outro ponto que causa per-

plexidade diz respeito à demissão do trabalhador após a denúncia, ainda que a instituição negue relação entre os fatos. A decisão corrobora com a percepção pública de que denunciar gera consequências, ainda que seja o correto e justo para você e a sociedade.

Caso seja confirmado que houve retaliação, o cenário se torna ainda mais preocupante, no qual a vítima, além de sofrer a agressão, arcaria com o ônus profissional de ter buscado justiça. Cabe ao Ministério Público do Trabalho e à Polícia Civil realizar apuração rigorosa e transparente dos acontecimentos, para não minimizar episódios dessa natureza. Campinas orgulha-se do seu desenvolvimento econômico e educacional. Entretanto, progresso material não é sinônimo de evolução social automática. O verdadeiro avanço se mede pela capacidade de enfrentar preconceitos arraigados e promover ambientes seguros e respeitosos para todos. O porteiro ofendido representa milhares de trabalhadores que sustentam, com dignidade, o funcionamento das instituições de ensino. Respeitá-los não é favor, é OBRIGAÇÃO. A esperança é a de que este indigno fato vá além e sirva de chamado coletivo à responsabilidade. Porque educação de qualidade não combina com racismo.

Opinião do leitor

Fraternidade

“Fraternidade e Moradia”, esse será o tema da Campanha da Fraternidade de 2026, que propõe uma discussão sobre o déficit habitacional no país. O tema é bastante atual e oportuno. Iniciaremos a Quaresma no próximo dia 18, Quarta-feira de Cinzas. Vamos iniciar um tempo especial de conversão e penitência, em preparação para a Páscoa.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA

HÁ 95 ANOS: JUSTIÇA ESPANHOLA LIBERTA 80 REVOLUCIONÁRIOS

As principais notícias do Correio da Manhã em 13 de fevereiro de 1931 foram: Governo consegue vitórias no Parlamento alemão, com aprovação de orçamentos para ministérios. Justiça

espanhola põe em liberdade 80 revolucionários de movimentos anteriores. Ghandi acha difícil a pacificação na Índia ficar só nas propostas inglesas. País em luto com a morte do Barão de Tefé.

HÁ 75 ANOS: VARGAS VAI APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO BANCO DO BRASIL

As principais notícias do Correio da Manhã em 13 de fevereiro de 1951 foram: Tropas Aliadas e Comunistas travam duelo pela posse de Seul. Governo francês consegue ajustar um plano

para evitar o armamento da Alemanha. Andres Trueba e Alfredo Brum foram proclamados presidente e vice do Uruguai. Getúlio Vargas vai apurar supostas irregularidades no Banco do Brasil.



Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrick.bertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.